AGRONEGÓCIO E MONOPOLIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO CEARÁ[1]

Leandro Vieira Cavalcante*

Resumo:

Observa-se, especialmente a partir da década de 1990, a instalação de grandes empresas no Ceará que passaram a cultivar frutas frescas sob os moldes do agronegócio, culminando com a expansão desse modelo produtivo em território cearense e resultando em consideráveis impactos na reprodução da agricultura e no modo de vida camponeses. Dessa forma, objetivamos como este artigo discutir a expansão do agronegócio no Ceará, destacando o processo de monopolização da produção camponesa de coco e de banana, que são frutas produzidas por pequenos produtores e adquiridas pelas principais empresas do setor, trazendo rebatimentos que vão além do processo produtivo em si e que reorganizam as relações sociais de produção e os usos do território.

Palavras-chave: Agronegócio. Agricultura camponesa. Monopolização da produção.

AGRIBUSINESS AND MONOPOLIZATION OF THE PEASANT PRODUCTION IN CEARÁ

Abstract:

The installation of big companies - especially since the 1990s - that started to farm fresh fruits using agribusiness as a template culminated with the expansion of this production model in Ceará's territory, resulting in considerable impacts on the peasants' agriculture and lifestyle. Therefore, we aim to discuss the expansion of the agribusiness in Ceará, highlighting the monopolization of the peasant production of coconuts and bananas (fruits produced by the small farmers and purchased by the main companies of the sector) that has impacts beyond the production process itself and that reorganizes the social relations of production and the use of the territory.

Keywords: Agribusiness. Peasant agriculture. Monopolization of production.

Recebido: 01/12/2016
Avaliado: 27/03/2017

[1] Versão modificada de artigo publicado originalmente nos anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, realizado em 2017 na UFC/Fortaleza.

* Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de doutorado da CAPES. E-mail: leandro.cavalcante@hotmail.com

Introdução

Considera-se que o agronegócio não é apenas um modelo produtivo ancorado no latifúndio, na monocultura, na produção e exportação de *commodities* e no assalariamento de trabalhadores rurais, como também representa um novo padrão de acumulação do capital no campo, cujo objetivo principal é a extração da renda da terra mediante a exploração desenfreada dos recursos naturais e do trabalho, segundo defendem Delgado (2012) e Oliveira (2015). No Brasil, inúmeros estudos já realizados por todo o país demonstram que a difusão do agronegócio promove uma reconfiguração nas formas de uso e apropriação do território e uma reorganização das relações sociais de produção, alteradas sobretudo em virtude da atuação de grandes empresas do setor agrícola e agroindustrial. Esses agentes são capazes de gerar uma série de implicações que vão além do processo produtivo propriamente dito, definindo os rumos da produção camponesa agora submetida aos ditames do modelo capitalista de produzir.

No Ceará, a expansão do agronegócio é um processo em curso especialmente desde o início dos anos 1990, quando uma série de políticas públicas e investimentos realizados pelo Estado foram implementados visando a atração de empresas agrícolas e agroindustriais, que atuam na produção em larga escala sobretudo de frutas tropicais, como melão, coco, banana, mamão e melancia, entre outras. Esse agronegócio vem ocasionando inúmeros impactos socioambientais e conflitos territoriais em várias regiões do Ceará, ao atribuir novos usos aos territórios de acordo com as necessidades de reprodução do grande capital, implicando um embate direto com os anseios das comunidades camponesas que se veem ameaçadas e coagidas por esse modelo hegemônico de produção, que passa a determinar, em muitos casos, a maneira como os camponeses produzem.

De um modo geral, a expansão do agronegócio no Ceará vem significando, antes de mais nada, a territorialização de uma racionalidade capitalista no campo, que abre margem para o desenvolvimento da agricultura de mercado e promove rebatimentos que atingem seletivamente espaços e produtores com o único objetivo de ampliar o potencial agropecuário cearense e difundir a lógica de produção empresarial por todos os setores, tornando-os capazes de responder às exigências de um aquecido mercado consumidor, seja ele interno e/ou externo. A partir daí, e cada vez mais, as decisões sobre o que, quando, como e onde produzir passam a ser impostas aos produtores pelos agentes hegemônicos detentores de capital, a exemplo das grandes empresas que atuam em território cearense e que adquirem parte dos produtos dos quais necessitam com inúmeros pequenos produtores, o que traz consideráveis impactos na reprodução da agricultura e no modo de vida camponeses.

Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é debater acerca dos impactos da expansão do agronegócio no Ceará, mediante a análise sobretudo da monopolização da produção camponesa, que aparece como um dos principais rebatimentos advindos com a atuação do grande capital no campo. Destacaremos essa monopolização da produção camponesa investigando os setores de produção de coco e de banana, isso porque é patente a participação direta de algumas grandes empresas nesses dois segmentos do agronegócio cearense, haja vista que elas adquirem diariamente uma quantidade significativa dessas frutas e as incorporam à sua própria produção, seja para dar origem a outros produtos (no caso do coco) seja para revendê-las (no caso da banana). Dessa forma, nossa análise estará centrada com ênfase na monopolização das produções camponesas de coco e de banana, que nos oferece uma pequena amostra do cenário no qual se dá a expansão do agronegócio no Ceará e os principais impactos daí resultantes.

Metodologia

Com efeito, recorreu-se a uma metodologia centrada especialmente na realização de trabalhos de campo em comunidades produtoras de coco e de banana, localizadas respectivamente nas regiões do Litoral Oeste e do Baixo Jaguaribe, onde ouvimos relatos de sujeitos – mediante a realização de entrevistas semiestruturadas – que discorreram acerca dos impactos ocasionados por empresas agrícolas e agroindustriais que atuam fortemente no sentido de assegurar o controle da terra e da produção camponesa. Nossa intenção em realizar uma investigação predominantemente qualitativa foi fugir da chamada "ditadura do quantificável", que de acordo com Carneiro et al. (2015, p. 221) acontece quando há uma busca obsessiva de objetividade e neutralidade que acaba por "hipervalorizar metodologias e resultados quantitativos como superiores aos resultados qualitativos ou subjetivos, ainda que estes sejam fundamentais para compreender a realidade e a complexidade dos fenômenos".

Ao longo da pesquisa procurou-se reafirmar a importância dos trabalhos de campo e das informações qualitativas, das histórias orais, dos relatos dos produtores e trabalhadores rurais etc. Com isso, nossa intenção principal foi evocar os sujeitos e os territórios que estão no rastro do agronegócio, segundo também sugerem Carneiro et al (2015). Ainda nesse sentido, Claval (2013, p. 5) considera que sem a experiência do campo deixamos escapar uma parte essencial da realidade que se pretende apreender, visto que só é possível compreendê-la melhor através do contato direto com essa realidade. Especificamente na área da Geografia, os trabalhos de campo exercem uma importância fundamental, notadamente em virtude do forte teor empírico dos estudos geográficos que dialogam com as questões sociais, políticas e econômicas do espaço agrário brasileiro.

Foram realizados trabalhos de campo em comunidades que produzem coco localizadas em seis municípios do litoral oeste cearense – Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema e Acaraú. Nesses trabalhos de campo, efetivados em 2014 em virtude da consecução de nossa pesquisa de mestrado, foram entrevistados inúmeros produtores de coco, inseridos em distintos contextos produtivos e que se relacionavam também de maneira distinta com as principais empresas do setor. Os resultados dessa investigação junto aos produtores de coco do litoral oeste cearense podem ser consultados em Cavalcante (2014, 2015). Realizamos trabalhos de campo também em comunidades localizadas nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré, inseridos na região do Baixo Jaguaribe, importante produtora de banana. Todavia, esses trabalhos de campo não estavam voltados para a produção e comercialização dessa fruta, e sim para os conflitos por terra entre os camponeses e as empresas; por esse motivo, recorreu-se às pesquisas de Freitas (2010) e Pinheiro (2014) para discutir o processo de monopolização da produção camponesa de banana na região.

O principal método de coleta de informações durante os trabalhos de campo foi a realização de entrevistas semiestruturadas, que nos permitiu obter dos produtores informações muito ricas, com um elevado grau de profundidade dos elementos de análise privilegiados para a pesquisa. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013), nesse método de entrevista geralmente o pesquisador dispõe de uma série de questões-guia, relativamente abertas, que permitem uma flexibilidade maior no momento da entrevista. No decorrer dessas entrevistas foi importante fazer apenas um esforço para direcionar os diálogos, deixando o entrevistado falar abertamente, usando as palavras que desejava e na ordem que lhe era conveniente. Tais produtores nos contaram suas histórias de vida e compartilharam conosco fatos e depoimentos que foram muito além do tema da produção agrícola em si, o que foi importante para perceber o contexto social no qual eles estavam inseridos.

Assim, ao focar nos relatos dos sujeitos, evidencia-se o papel da história oral para a compreensão dos impactos ocasionados pelo agronegócio, visto tratar-se de um instrumento analítico capaz de evidenciar os sujeitos e os territórios ameaçados pela expansão desse novo padrão de acumulação do capital no campo, ecoando os relatos e impressões daqueles que vivenciam esse processo cotidianamente. De acordo com Matos e Senna (2011), a história oral não se trata apenas da lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, representativas do contexto social ao qual estão inseridos. Assim, a história oral nos evoca um novo significado dado à memória, como observa D'Alessio (1998), que será aqui evidenciada por alguns relatos de camponeses que passaram a ter suas produções controladas pelas empresas do agronegócio instaladas em território cearense.

Agronegócio no Ceará e Atuação do Grande Capital no Campo

Como aponta Elias (2005), o Ceará não escapou da adoção de diversas estratégias para responder aos desafios impostos pela lucratividade do capital neste novo ciclo de acumulação capitalista, marcado pela globalização econômica. Desse modo, é visível nas últimas décadas a reestruturação econômica e territorial do Ceará, com uma "multiplicação das políticas públicas direcionadas a tornar o estado viável à produção e ao consumo globalizados, abrindo-se às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos" (ELIAS, 2005, p. 438). Ainda de acordo com a autora, a intensificação do capitalismo no campo cearense é um processo em curso sobretudo a partir da década de 1990, caracterizado especialmente pela modernização da produção agropecuária, pela difusão do modelo produtivo do agronegócio e pela instalação de grandes empresas agrícolas e agroindustriais no campo.

Com isso, o Ceará passa a ocupar um novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil a partir da consecução e difusão do modelo produtivo do agronegócio, através da expansão dos monocultivos e do latifúndio, da introdução de modernas técnicas à produção, do assalariamento de trabalhadores rurais e da imbricação do capital agropecuário com o agroindustrial, resultando no desenvolvimento de uma agricultura de caráter marcadamente capitalista, voltada para a acumulação de capital. Assim, mudam-se consideravelmente o perfil agropecuário do Ceará e as relações sociais de produção até então predominantes no campo, anteriormente caracterizadas sobremaneira por práticas pré-capitalistas de produção, tal qual são explicitadas por Oliveira (2007). Isso abre margem para a territorialização do grande capital no campo e para a expansão da agricultura capitalista, que passa a ocupar espaços anteriormente destinados à reprodução da agricultura camponesa[2].

Dentre os setores do agronegócio cearense que mais se sobressaem destacamos a produção intensiva de frutas tropicais, que ocupam amplas áreas irrigadas, sejam elas públicas e/ou privadas. O destaque vai sobretudo para as produções de frutas como melão, coco, banana, melancia e mamão, além da castanha de caju, que passaram a ser cultivadas também por grandes empresas agrícolas e agroindustriais, em milhares de hectares, com a utilização de importantes aportes de capital, tecnologia e trabalho. Se anteriormente, via de regra, eram apenas os pequenos produtores que cultivam essas frutas, atualmente notamos uma série de empresas – inclusive nacionais e multinacionais – empenhadas em ampliar a acumulação de capital e a extração da renda da terra através da produção em larga escala dessas frutas, agora transformadas em meras *commodities*/mercadorias, como é o caso do coco e da banana.

[2] A agricultura camponesa visa sobremaneira a reprodução da própria família empenhada nas atividades laborais indispensáveis à sua sobrevivência. Já a agricultura capitalista visa, acima de tudo, a acumulação de capital mediante a transformação da produção agrícola em mercadoria e a utilização de mão de obra contratada.

O agronegócio do coco está em ampla expansão em território cearense, especialmente em municípios do litoral oeste, bem como nos vales dos rios Curu e Acaraú, já sendo patente a crescente participação da produção estadual no contexto nacional. Observa-se um rápido crescimento no número de fazendas e de empresas agrícolas voltadas para a produção de coco verde, em particular, visando abastecer o aquecido mercado de água de coco. Além disso, nota-se também um aumento no número de empresas agroindustriais que, além de cultivar o fruto, também se encarregam de realizar seu processamento industrial, voltado para o armazenamento de água de coco em caixinhas de papelão, bem como para a produção de coco ralado e leite de coco. Dentre as principais empresas agrícolas e agroindustriais especializadas na produção agrícola e no processamento industrial de coco no Ceará, destacam-se: Ducoco, Paragro, Adel Coco, Unique, Cohibra e Iolla.

A Ducoco, fundada em 1982, já é a segunda maior empresa de produção de coco do Brasil, possuindo uma atuação bastante significativa por todo território nacional e concentrando suas atividades produtivas principalmente no litoral do Ceará, onde estão instaladas todas as suas fazendas, nos municípios de Itapipoca, Itarema e Camocim, e uma unidade de processamento industrial. Atualmente a Ducoco age de maneira hegemônica no Ceará, possuindo fazendas que somam ao todo 10 mil hectares, nos quais são cultivados aproximadamente 300 mil coqueiros, e contando com uma articulada rede de fornecedores formada por atravessadores e inúmeros produtores, o que lhe assegura a monopolização da produção do fruto. Além disso, a Ducoco está envolvida em uma série de disputas fundiárias, a exemplo de invasões de terras indígenas e camponesas, como observado na comunidade indígena dos Tremembé e nos assentamentos Maceió e Lagoa dos Mineiros.

O agronegócio da banana, por sua vez, vem se expandindo mormente em grandes áreas irrigadas, com destaque para os perímetros irrigados públicos federais localizados nos vales do rio Jaguaribe e Acaraú, onde estão instaladas inúmeras fazendas voltadas para a produção em larga escala dessa fruta. Se em décadas anteriores a produção dessa fruta era cultivada basicamente nas serras úmidas do Ceará e visava abastecer apenas o mercado estadual de banana, atualmente observa-se uma grande produção destinada aos mercados nacionais e internacionais (Europa e Estados Unidos). A expansão do agronegócio da banana especificamente nos perímetros irrigados localizados no Baixo Jaguaribe e em áreas circunvizinhas está a cargo de grandes empresas como Frutacor, Del Monte e Brok Fresh, e até recentemente também Fyffes e Banesa.

A Frutacor foi fundada em 1997 e é atualmente a maior empresa de produção de banana do Ceará. Possui fazendas instaladas nos perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas, além de unidades por toda a região jaguaribana, somando por volta de 1.500 hectares. Apesar de cultivar diversas frutas, especializou-se na produção e comercialização de banana. Para tanto, atua adquirindo diretamente a produção de pequenos produtores, através de um sistema conhecido como "parceria", o que assegura à empresa o controle real e total da produção camponesa. A Frutacor também está envolvida em uma série de questões fundiárias, com destaque para a invasão de terras nos perímetros irrigados públicos federais, além de participar como mandante do assassinato de uma liderança local que lutava contra a utilização de agrotóxicos e a grilagem de terras na região.

A Monopolização da Produção Camponesa

A análise de como as empresas Ducoco e Frutacor adquirem o coco e a banana de que necessitam junto aos produtores nos revela um expressivo processo de monopolização[3] da produção camponesa, expressando o modo como o grande capital pode agir na coerção do trabalho camponês. O que essas duas empresas têm em comum, apesar de atuar em setores distintos, é a necessidade da produção de pequenos, médios e grandes produtores para atender às necessidades do mercado, seja adquirindo os frutos para o processamento industrial (no caso do Ducoco), seja revendendo essa produção (no caso da Frutacor). Esses produtores, em sua grande maioria camponeses, atuam como fornecedores dessas empresas, repassando sua produção através de intermediários/atravessadores (no caso da Ducoco) ou através do sistema de parceria (no caso da Frutacor). Em ambas as situações, fica claro o controle da produção camponesa por essas duas empresas.

Essa monopolização ocorre quando as empresas adquirem a produção dos demais produtores mediante o sistema de parceria ou por intermédio dos atravessadores, controlando assim os processos de produção e de comercialização de tais produtores, uma vez que eles são coagidos a seguir uma série de normas e imposições estabelecidas pelas empresas. Tavares dos Santos (1981), Oliveira (2001, 2007, 2010) e Paulino (2012), entre outros autores, traçam considerações acerca desse processo, além de Martins (1995), que apresenta como esse controle da produção camponesa pode levar a uma sujeição do trabalhador ao capital, mediante a extração

[3] "Monopolização" vem de "monopólio", que se refere, aqui nesse caso, ao ato de uma determinada empresa controlar diretamente a produção e a comercialização de um certo produto.

da renda da terra também pela monopolização da produção. Para esse autor, a tendência do capital seria justamente "dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz" (MARTINS, 1995, p. 160).

Cabe destacar que, de acordo com Oliveira (2010) e Paulino (2012), a instalação de empresas agrícolas e agroindustriais no campo obedece a um princípio claro de fusão entre as atividades agrícolas e industriais, de modo que se tenha o controle tanto da produção da matéria-prima quanto do processamento industrial, como é observado nas produções de banana e de coco, respectivamente. Além disso, tal processo "permite aos capitalistas o domínio completo sobre o processo produtivo, do qual auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, extraído individualmente dos trabalhadores envolvidos na produção" (PAULINO, 2012, p. 42). Com isso, nesse momento a territorialização do capital no campo mostra-se mais nítida, notadamente quando se observa a monopolização da produção dos frutos, trazendo rebatimentos diretos na forma de organização das relações sociais de produção, com impactos diretos na desregulação da agricultura camponesa, segundo argumenta Oliveira (2001, 2007).

Na sequência, vemos como se dão os processos de monopolização das produções camponesas de coco e de banana, evidenciando alguns relatos dos produtores que atuam no repasse de seus frutos para a Ducoco, com a intermediação cerrada dos atravessadores, e para a Frutacor, através das parcerias controladas diretamente pela própria empresa. Como será possível averiguar, apesar de se tratarem de estratégias distintas estabelecidas por ambas as empresas com vistas a monopolizar a produção, e apesar de serem produtos diferentes, os impactos dessa intermediação direta do capital nos dois setores são basicamente os mesmos: a significativa desregulação da produção camponesa, a regulação dos processos de produção agrícola e de comercialização dos frutos, a expressiva subordinação do trabalhador ao capital e, consequentemente, o controle irrestrito da terra e, por sua vez, do território.

Monopolização da Produção Camponesa de Coco

Quando os frutos não são produzidos em suas próprias fazendas, a Ducoco os adquire em grande quantidade todos os dias diretamente dos produtores e/ou via atravessadores – cerca de 100% do coco verde processado por essa empresa advém desses fornecedores. Quando compra diretamente dos produtores, a empresa prefere adquirir os frutos somente com os grandes produtores, visto que ela faz uma série de exigências as quais os pequenos e médios não

conseguem cumprir, como manter um determinado padrão de aparência externa do coco, garantir a qualidade da água e se responsabilizar pela colheita e pelo transporte da produção. Todavia, a empresa atua com uma grande quantidade de pequenos produtores, mas somente pela intermediação dos atravessadores.

A Ducoco sempre adquiriu seus frutos via atravessadores, que contribuem para fazer a intermediação entre pequenos e médios produtores e a empresa. Um dos responsáveis por organizar a produção advinda dos atravessadores indicou que eles "são um mal necessário, já que possuem o caminhão e têm a função de reunir o coco de vários produtores. Por esse motivo, o pequeno produtor não seria nada sem o atravessador, já que a produção de apenas um desses produtores não é o suficiente para completar uma carrada [um carregamento completo]". Desse modo, quem mais fornecem coco para a Ducoco são os pequenos e médios produtores, por intermédio direto dos atravessadores, conforme relatou um diretor da empresa: "hoje aproximadamente 70% do coco verde processado pela Ducoco vem de pequenos e médios produtores, que chega até nós através dos atravessadores. Não seria um exagero afirmar que é sobretudo o pequeno produtor que mantém a Ducoco".

Os produtores que fornecem coco verde para a Ducoco são obrigados a seguir algumas normas impostas pela empresa. Dentre as principais determinações estão: usar, obrigatoriamente, os adubos e agrotóxicos definidos pela empresa; instalar sistemas de irrigação automatizada e contar com assistência técnica; colher o coco somente semanas após a aplicação dos agrotóxicos; encaminhar o coco para a empresa fora do cacho e completamente limpo; assegurar o tamanho e o peso dos frutos previamente determinados pela empresa. Para ter um controle dessas atividades, que devem ser seguidas à risca, a Ducoco envia seus técnicos a cada três meses para vistoriar o coqueiral de seus fornecedores fixos. No caso dos pequenos produtores, essas normas são impostas pelos atravessadores, que cumprem o papel de garantir o "padrão de qualidade Ducoco", além de se responsabilizar inteiramente pela colheita e pelo transporte dos frutos até a fábrica.

Em determinados locais, como em Paraipaba, são os próprios atravessadores quem colhem os frutos no coqueiral, que em seguida são revendidos à Ducoco. Assim, além de realizar a colheita do coco verde, muitas vezes na ausência dos produtores, é comum os próprios atravessadores fazerem a contagem dos frutos e somente depois notificar os produtores do total que foi colhido. No entanto, há relatos de que os atravessadores costumam errar propositalmente essa contagem, visando obter um lucro maior ainda, forçando os produtores a acompanharem todo esse processo. De acordo um deles: "tem alguns atravessadores que não gostam da presença

do produtor na hora da contagem, eles pensam que a gente não confia neles... mas é que às vezes os atravessadores costumam enrolar a gente".

Dessa forma, é o atravessador quem dá o preço do coco, faz a colheita, conta os frutos, revende e escoa a produção. Por esse motivo, a grande maioria dos produtores não tem qualquer conhecimento para onde está sendo escoada a sua produção, perdendo completamente o poder que tem perante o circuito espacial produtivo do coco, já que seu papel passa a ser restrito e inteiramente vinculado à produção agrícola em si. Os produtores queixam-se também, e principalmente, por não poderem decidir os preços dos frutos comercializados, já que segundo eles: "o produto é meu, mas não sou eu quem dou o preço; tudo é controlado pelos atravessadores... eles sim, são os que mais ganham com tudo isso".

Assim, o motivo maior de descontentamento passa a ser o fato de os atravessadores sempre comprarem o coco e o revenderem por um preço muito maior, valor esse que não é repassado para os produtores. No dizer de um deles: "o coco só tem valor mesmo se for na mão do atravessador". Reiterando a insatisfação dos produtores, todos eles foram unânimes em se questionar sobre a destinação dos lucros advindos da produção dos frutos, dificilmente usufruídos de forma plena por aqueles que os produzem, como observado no relato a seguir:

> Tem alguém que ganha muito dinheiro nesse negócio, e esse alguém não é o produtor. Às vezes eu me pergunto pra onde foi todo o lucro com a produção do coco, porque com o produtor é que não ficou. Digo isso porque os atravessadores sempre têm um lucro maior do que os produtores, sempre foi assim. Não é justo a gente se matar de trabalhar e vir alguém de fora e ganhar em cima do que a gente fez, sem nunca ter sequer pisado num coqueiral.

Como tudo acaba dependendo sempre dos atravessadores, é comum os produtores se sentirem encurralados e incapazes de decidir os rumos de seu próprio cultivo. Um desses produtores revela o quanto eles são dependentes: "é uma sujeição (sic) muito grande ter que vender todo o coco para os atravessadores, eles fazem o que querem e nós não temos escolha alguma, nós estamos completamente nas mãos deles". Nesse sentido, Paulino (2012, p. 257) consegue resumir bem a atuação dos atravessadores, ao indicar que a sua presença efetiva na produção agrícola representa a melhor "evidência da mediação perversa do capital comercial na produção camponesa". No caso de muitos produtores, a atuação dos atravessadores é ainda mais efetiva quando estes estão à serviço das grandes empresas.

Todavia, até mesmo aos atravessadores a Ducoco impõe algumas exigências, como garantias da qualidade da água e da aparência externa dos frutos, sendo comum relatos desses

profissionais que chegaram a perder carradas de coco verde porque os frutos não se enquadravam nas normas impostas pela empresa. Com isso, caso os frutos não atendam aos padrões exigidos pela empresa, é comum ela recusar adquiri-los, devolvendo-os aos atravessadores. Além disso, a empresa comumente paga um preço muito abaixo do valor de mercado, devido à grande oferta de matéria-prima e de fornecedores interessados em revendê-la, em alguns casos não sendo financeiramente viável nem mesmo para os atravessadores.

Assim, muitos são os produtores que preferem vender seus frutos via atravessadores e não diretamente para as empresas, como foi relatado durante as entrevistas. Todos esses produtores foram unânimes em afirmar que as agroindústrias sempre pagam menos do que os atravessadores, apesar de os frutos serem os mesmos. As empresas chegam a fazer também um controle inegociável dos preços, "já que elas são o próprio mercado", conforme assegurou um diretor da Ducoco, deixando seus fornecedores sem muita escolha. Por esse motivo, de acordo com um pequeno produtor de Paraipaba:

> É muito melhor vender para o atravessador do que para as fábricas. Mesmo com os atravessadores querendo ganhar o deles, com as fábricas é muito pior, elas não pensam nos produtores, só o lucro importa. As fábricas querem pagar o mesmo valor pelo coco durante todo o ano; e essa prática de segurar os preços não é vantajosa, já que sempre quem vai sair ganhando são elas.

Desse modo, fica evidente que a prática de "segurar os preços" é recorrente na Ducoco, que, assim como os atravessadores, também determina quanto está disposta a pagar pelos frutos. E apesar do descontentamento com a atuação dos atravessadores, os produtores afirmam que "vender pra eles é ainda melhor do que vendar pra empresa", indicando o quão nefasto é o poderio da Ducoco na monopolização da produção camponesa. Apesar disso, a renda auferida pelos produtores vai depender muito das necessidades dessa empresa, deixando-os completamente à mercê de suas demandas, reproduzidas por intermédio dos atravessadores. Assim, nota-se que as agroindústrias se somam aos atravessadores na monopolização da produção, indicando uma imbricação entre capitais industrial e comercial e, especialmente, uma menor autonomia dos produtores do fruto.

Monopolização da Produção Camponesa de Banana

A Frutacor atua diretamente junto aos produtores, dispensando por completo a intermediação dos atravessadores. Além de produzir em suas próprias fazendas, a empresa atua adquirindo a produção de banana com pequenos e médios produtores da região do Baixo Jaguaribe, além de fornecer assistência técnica e insumos agrícolas a esses produtores. Esse sistema de produção é chamado pelos capitalistas de "parceria", indicando uma troca estabelecida entre as empresas e os produtores, em que, de um lado a empresa entra com a assistência técnica e insumos e, de outro lado, os camponeses entram com a produção. Nesse sistema, a empresa se responsabiliza também pela comercialização dos frutos e pelo recebimento do montante investido na produção, extraindo a renda fundiária em dois momentos distintos sem a necessidade do controle direto da terra do camponês.

Com as parcerias e a responsabilidade pela comercialização da produção, a Frutacor recebe por volta de 10% do lucro que seria destinado aos produtores. Esse montante é repassado para a empresa em produto. Além disso, a empresa cobra ainda pelos insumos e pela assistência técnica dispensada, recebendo também em produção. Assim, uma parte das bananas cultivadas pelos produtores é destinada integralmente à Frutacor, que chega a obter lucros excepcionais através dessa monopolização da produção camponesa. Segundo Pinheiro (2014, p. 113), a Frutacor também exige uma "fidelidade" dos fornecedores, obrigando-os a adotar um padrão específico no decorrer do processo produtivo das bananas e a repassar a produção para a empresa a partir do momento em que ela fornece a assistência técnica e os insumos, como adubos, agrotóxicos e mudas. Dessa forma, ao adquirir o pacote tecnológico da empresa os produtores se veem obrigados a comercializar exclusivamente para ela.

Infere-se que os contratos realizados pela empresa são estabelecidos informalmente e não se propõem apenas à comercialização da produção. Com isso, a Frutacor atua junto aos produtores no controle de pragas, na compra conjunta de insumos e, em alguns casos, na aquisição de mudas. Todos esses serviços são descontados na hora da prestação de contas. Dessa forma, a empresa vende a produção e presta esses serviços auxiliares, mas em troca se apropria de uma porcentagem do produto comercializado. Ademais, a Frutacor não se responsabiliza pela produção que não for vendida, devolvendo-a para o produtor. Desse modo, a empresa não compra o que lhe é entregue, mas apenas se compromete a realizar a comercialização, atuando, de certo modo, como um atravessador.

Ao garantir assistência técnica e fornecer os insumos aos produtores, a Frutacor assegura que aquela produção seja comercializada exclusivamente para ela. Todavia, os valores

repassados ao produtor por essa produção, a ser comercializada pela Frutacor, são sempre incertos, pois dependem das oscilações do mercado. Dessa forma, o produtor nunca tem um conhecimento prévio de quanto será necessário para pagar à empresa pelos serviços técnicos e de comercialização. O que ocorre, na verdade, é que quem determina esse valor é a própria empresa, haja vista que ela atua regulando os preços das frutas no momento da comercialização, diante do seu grande potencial de barganha em virtude da significativa quantidade de banana a ser comercializada. Ao tentar minimizar esse monopólio da empresa, um gerente da Frutacor entrevistado por Freitas (2010, p. 117) explica: "nós queremos fazer com que o produtor entenda que nós estamos no mesmo barco; ele vai correr o risco também do processo de comercialização, principalmente o preço de venda do produto".

Um dos riscos aos quais estão expostos os produtores "parceiros" da Frutacor é o fato de que a produção, caso a empresa não consiga revendê-la, é inteiramente devolvida ao produtor, que tem de arcar com os prejuízos se porventura não conseguir dar uma outra destinação às frutas. De acordo com relatos apresentados por Pinheiro (2014), houve casos em que os produtores apresentaram perda total em virtude da devolução da produção pela Frutacor. Por esse motivo, são muitos os produtores que preferem vender suas produções diretamente para os atravessadores, assegurando assim a comercialização dos produtos e não correndo o risco de terem as bananas devolvidas. Segundo um desses produtores: "É melhor a gente vender para o atravessador, mesmo sendo mais barato, porque a gente já conhece e sabe que paga, do que vender para uma empresa ou para um comprador que a gente não conhece e correr o risco de não receber, ou receber um cheque sem fundo e perder tudo".

Pinheiro (2014) constatou ainda que há produtores, especialmente os menores, que não possuem conhecimento do mercado e preferem ter que se submeter à intermediação da Frutacor. Para esses produtores, a difícil inserção no mercado acaba justificando a atuação de empresas e atravessadores, que possuem uma posição privilegiada no momento da comercialização ao deter a hegemonia sobre a produção e a circulação dos produtos agrícolas, como assegura Maluf (1992, p. 48). Ainda segundo Pinheiro (2014, p. 114), os produtores que não têm conhecimento do mercado ficam receosos de não conseguir comercializar as frutas, daí a sua submissão aos serviços da empresa. A autora indica também que é possível perceber que os produtores possuem consciência do processo de sujeição à empresa, tendo um deles afirmado:

> Se a gente pudesse comprar os insumos direto e vender direto era como era bom. Mas a gente não pode porque a gente é pobre, é pequeno né. Pra gente comprar direto e vender direto precisa que tenha uma quantia de volume maior. Então pra mim comercializar direto, eu tenho que me comprometer a manter aquele mercado.

Os produtores, apesar de comercializar para a Frutacor, são cientes dos riscos do sistema de parceria, pois muitos são os relatos de desistências e desavenças com a empresa. Entre as queixas mais comuns citadas pelos produtores, destacam-se: o baixo preço pago pelas frutas, muito abaixo do valor de mercado; o lucro excepcional obtido pela empresa em cima dos produtores, que adquire e revende a produção por valores distintos; a devolução da produção em caso de não comercialização; a demora na realização da colheita, o que já acarretou em prejuízos para os produtores; a obrigatoriedade do uso de determinados adubos e agrotóxicos; a insegurança em caso de seca, enchentes e vendavais, muito comuns na região. Por esses e outros motivos, o nome de "parceiro" é até mesmo questionado pelos próprios produtores, como observado no depoimento reproduzido por Freitas (2010, p. 123, adaptação nossa), ilustrando muito bem essa monopolização da produção de banana por parte da Frutacor:

> O empresário ele só ver o lado dele, e se ele puder pegar você e tirar você do meio, ele tira. Tem que ter muito cuidado com a parceria. Tem que ter muito cuidado, porque se ele puder engolir o pequeno ele engole. Quem ganha no final é o empresário. Ele não tá te ajudando! Ele tá ganhando muito em cima de você. Eu fico chateado, chamar de parceiro. Não me chame de parceiro por que eu tô dando lucro pra você, e grande. Não bote na sua cabeça que ele é bonzinho... Quando você vê o cara dizendo assim: eu sou um parceiro, eu sou um parceiro dos pequenos produtores. Eu não gosto dessa palavra não... Ele tá crescendo o mercado dele e está ganhando em cima de você.

Considerações finais

Procurou-se, com este artigo, demostrar brevemente a expansão do agronegócio no Ceará e atentar para alguns dos principais impactos daí advindos. Ao focarmos na monopolização das produções camponesas de coco e de banana foi possível observar, entre outras coisas, como age o grande capital no campo, que controla tanto a produção agrícola, ao ditar o pacote tecnológico que deve ser adotado pelos produtores, quanto a comercialização dos frutos, mediante atuação direta dos atravessadores e das próprias empresas. Assim, o capital passa a deter um controle direto sobre a agricultura camponesa, agora marginalmente integrada ao modo de produção capitalista que atualmente atende pelo nome de agronegócio, trazendo repercussões significativas particularmente nos âmbitos produtivos, sociais e territoriais.

Ficou claro o quanto essas grandes empresas necessitam da produção camponesa para continuar atuando de maneira hegemônica no mercado, demonstrando que o capital necessita do camponês para se perpetuar. Isso corrobora a tese de Oliveira (2001, 2007) de que os camponeses são indispensáveis para a reprodução do grande capital, e que por isso mesmo não desaparecerão, na medida em que eles representam uma condição para a existência de grandes

empresas agrícolas e agroindustriais. Além disso, Oliveira (2010, p. 21) acrescenta também que "no atual estágio de expansão capitalista no Brasil, o que assistimos é o predomínio, quase completo, do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura". Com isso, as empresas atuam fortemente na sujeição da renda da terra ao capital, apropriando-se de grande parte da renda advinda da produção agrícola e que deveria ser auferida por seus produtores.

Para Oliveira (2007, p. 12), a sujeição da renda da terra ao capital representa o mecanismo básico de expansão do capital no campo, deixando os produtores, camponeses ou não, à mercê de suas vontades. De acordo com Martins (1995), essa sujeição da renda da terra ao capital se dá quando o produtor continua proprietário da terra e dos meios de produção, sendo grande parte da renda que lhe cabia auferida por outros agentes, sobretudo no momento da comercialização da sua produção. Desse modo, "[...] o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe" (MARTINS, 1995, p. 175), como foi possível ser observado a partir da análise da monopolização das produções camponesas de coco e de banana no Ceará.

Nesse sentido, defende-se que as empresas citadas induzem uma sujeição do trabalhador ao capital, tal qual é apresentado por Martins (1995), levando a uma desestabilização e desorganização da produção camponesa. Isso demonstra que tanto as "parcerias" e os contratos de fornecimento da produção quanto a intermediação dos atravessadores são formas encontradas pelas empresas para controlar o território, sem que seja necessária a posse das terras, demonstrando que a "terceirização da produção" pode ser uma das estratégias utilizadas pelas empresas para se territorializar e para fazer um uso corporativo desse território, nos termos apresentados por Santos e Silveira (2003). Nesse ínterim, destaca-se que o "poderio dessas corporações está diretamente relacionado à capacidade que elas possuem de dominar parcelas do espaço e assim impor sua lógica de produção" (GOLDFARB, 2015, p. 27). Dessa forma, a monopolização da produção aparece também como uma maneira de assegurar o controle da terra e do território por parte das empresas.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. *Dossiê ABRASCO* – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **La restructuration de la production de noix de coco au Brésil:** enjeux et défis. Mémoire de recherche (Master en Géographie). Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne: Paris, 2014.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **A nova geografia do coco:** reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2015.

CLAVAL, Paul. **Le rôle du terrain en géographie:** des épistémologies de la curiosité à celles du désir. *Revue Confins*, Paris, n. 17, 2013.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. **Intervenções da memória na historiografia:** identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 269-280, 1998.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. **Reestruturação produtiva da agricultura cearense:** rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley. (Orgs.). *Ceará*: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 429-461, 2005.

FREITAS, Bernadete Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2010.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação.** O caso da Cargill no Brasil e na Argentina. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 18, n. 27, p. 11-37, 2015.

MALUF, Renato. **Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 3, n. 47, p. 46-57, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. **História oral como fonte:** problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, n. 2, v. 1, p. 95-108, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil**. *Revista Campo-território*, Uberlândia, v. 05, n. 10, p. 05-64, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo:** o lugar mundial da agricultura brasileira. *Revista GeoUSP*, São Paulo, v. 19, p. 228-244, 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PINHEIRO, Érica Maria. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manuel de recherche en Sciences Sociales.** 4. ed. Paris: Dunod, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil -** território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaios FEE,** Porto Alegre, v. 2, n. 2, 109-117, 1981.